

IR reduziu os ganhos, justifica parlamentar

Os deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo estão convictos de que não receberam reajuste de subsídio em dezembro. Alguns, como a deputada Clara Ant, líder da bancada do PT, consideraram o decreto assinado há quase 15 dias pelo presidente da Casa, Luiz Máximo, "uma definição das regras de reajustes futuros tomando como base o subsídio pago este mês". O deputado Maurício Najar (PDS) lembrou o "princípio universal da irreduzibilidade do ganho" para explicar que, ao ser obrigado pela Constituição a pagar Imposto de Renda, o parlamentar passou a perder em outubro, novembro e dezembro 45% de seus ganhos.

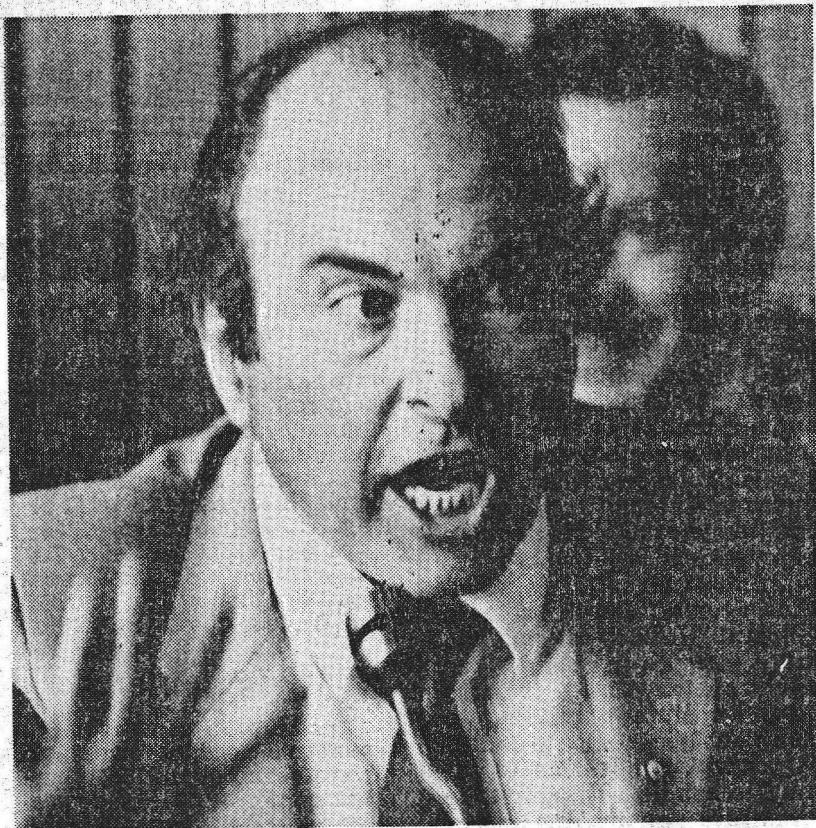
O fato é que os deputados receberam Czs 1.860.000,00 em outubro, Czs 2.240.000,00 em novembro e Czs 3.066.678,00 em dezembro. Com a redução da carga tributária aprovada pela Câmara e pelo Senado dia 14, os deputados não terão mais de entregar ao leão, a partir de janeiro, 45% da renda bruta, e sim 25%. Mas não pensaram ainda em reduzir os subsídios: "Não há nada discutido nesse sentido, a Assembléia está em recesso", informou o deputado Hilcias de Oliveira, líder do PDT.

Os subsídios, antes da promulgação da Constituição, eram reajustados de acordo com o índice de reajuste dos funcionários públicos. Além disso, tínhamos direito a dois terços da ajuda de custo recebida pelos deputados federais, que crescia à proporção da inflação", disse Clara. Era essa ajuda de custo — que não constava do holerite, mas caía na conta do deputado estadual para gastar como quisesse — que engordava o ganho. Com o Decreto Legislativo nº 13 de 1988 acaba a ajuda e a vinculação aos aumentos da Câmara Federal. O ponto de partida para o reajuste da remuneração, que continuará acompanhando o índice do funcionalismo estadual, é de Czs 3.066.678,00.

A quem acusa os deputados de terem se apresentado com um aumento abusivo (de outubro para dezembro o reajuste foi de 64,9%), Clara Ant demonstra: "Pelo sistema antigo de cálculo, receberíamos em janeiro Czs 3.811.566,00 contra os Czs 3.525.680,00 a que realmente teremos direito".

RIFAS, PRESENTES E BAILES

Maurício Najar deixou o es-



Oswaldo Jurno/AE - 14/9/84

Najar: argumento é que precisa "manter o padrão"

critório de advocacia em Mogi das Cruzes para dedicar-se à vida parlamentar. No mês de novembro teria no bolso menos de um milhão de cruzados por causa dos descontos e da mordida do leão. "Como poderia continuar levando a mesma vida? Tenho duas filhas fazendo faculdade em Vassouras e Taubaté e um escritório político para manter", diz. Além disso o deputado precisa "vestir-se à altura do cargo, assinar livros de ouro apresentados pelos eleitores em busca de contribuições financeiras e comprar bilhetes de toda rifa que aparece". E no fim do mandato tem de pagar caro por uma campanha de reeleição. Um deputado do PMDB, depois de pedir que seu nome não fosse revelado, lembrou que todo ano é escolhido padrinho das debutantes de sua cidade. "Na última festa gastei Czs 320 mil só em presentes", lembra.

"O Legislativo é um poder transparente. Tudo é feito às claras e por isso desperta atenção da imprensa. Já o salário do governador ninguém sabe ao certo quanto é. Ele tem um fixo

e saca o quanto quiser como verba de representação", disse Najar. O governador Orestes Quércia recebeu no último mês Czs 311.707,80 como salário padrão e mais Czs 77.927,20 de gratificação pagando Czs 46.667,00 de Imposto de Renda. Mas tem direito de usar uma verba ilimitada para representar o Estado e o dever de comprovar essas despesas ao Tribunal de Contas do Estado. Se o governador oferecer um jantar para tratar de assuntos do governo, poderá lançar mão da verba. Também poderá comprar ternos, sapatos, smokings e até roupas para sua mulher, Alaide, para solenidades oficiais.

Cerca de 70% dos 84 deputados de São Paulo são médios e grandes empresários, fazendeiros, donos de emissores de rádio, profissionais liberais e nunca dependeriam da remuneração da Assembléia para viver, como é o caso de Nabi Abi Chedid, Moisés Lupnik, Abdo Haddad, Paulo Osório Silveira Bueno, Wadih Helu, Marcelino Romano Machado, Jorge Tadeu Mudalen e Afanázio Jazadji.